



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

**ATA DA REUNIÃO DA 4ª COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
(CPA)
DO DIA 2/10/2015**

No segundo dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às dez horas, com participação da servidora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Maria dos Remédios Santos Albuquerque e dos servidores do Senado Federal José Dantas Filho, Coordenador da Educação Superior, James R. Menezes de Carvalho, representante da Secretaria de Gestão de Pessoas, Luciana Villela de Andrade Mendes, Coordenadora-pedagógica do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Legislativo, Sílvia Castanheira Oddone, representante dos alunos do curso de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação Legislativa, Walesca Borges da Cunha e Cruz, representante dos alunos do curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política, Ana Lucia Geaquinto dos Santos, Chefe do Serviço de Pós-graduação, Cláudio Cunha de Oliveira, Chefe do Serviço do Ensino a Distância, Telma América Venturelli, servidora da COESUP, no anexo V do Senado Federal (edifício do ILB), realizou-se 4ª reunião da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) para deliberar sobre: a) leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; b) informações sobre a reunião SERES-MEC e COESUP; c) apresentação da minuta do modelo de avaliação dos coordenadores de curso; d) apresentação e deliberação do cronograma de trabalho da CPA 2015/2016; e) distribuição das responsabilidades na CPA e f) assunto gerais. Ana Lucia Geaquinto dos Santos abriu a reunião e informou a ausência do presidente da CPA, motivo pelo qual presidiria a reunião. Walesca e Cláudio sugeriram acertos na ata anterior, que foram prontamente acatados; e a leitura foi dispensada pelos demais. José Dantas Filho relatou a reunião ocorrida entre servidores da COESUP e do MEC para que fossem esclarecidos tópicos sobre o credenciamento. Nessa reunião, solicitaram-se explicações sobre a questão do prazo para pedir o credenciamento. José Dantas Filho explicou que é preciso ingressar com novo PDI no MEC até a data-limite do vencimento do credenciamento anterior, ou seja, fevereiro de 2016, e que, ao dar entrada nos documentos, o credenciamento atual continua válido até que o MEC se manifeste sobre a nova solicitação. Isso permitirá que o ILB esteja credenciado na ocasião do lançamento do curso de pós-graduação *lato sensu* em Orçamento Público, que tem previsão para começar no início de 2016. José Dantas Filho relatou que a apresentação do novo PDI requer um parecer sobre a execução do



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

PDI anterior, salientando ainda a importância da composição da CPA, que deve ser equilibrada e incluir membros externos ao ILB e ao Senado. José Dantas Filho relatou a importância de que todos estejam atentos aos prazos e explicou que uma comissão do INEP, representando o MEC, costuma vir entre duas a quatro semanas após a solicitação de credenciamento e que o ILB deve estar preparado para tal procedimento. Ressaltou também que o MEC não possui um calendário fixo para apresentação de pedidos de credenciamento e que o requerimento para credenciamento do ILB para pós-graduação em EAD (ensino a distância) pode ser feito conjuntamente com o pedido de credenciamento para curso presencial. José Dantas Filho disse ainda que pode haver disciplinas mistas nos cursos de pós-graduação, com aulas presenciais e a distância e que não há exigências de proporção de horas entre uma e outra modalidade para pós-graduação, mas somente para cursos de graduação. Ana Lúcia Geaquinto explicou aos presentes que o curso que o Senado Federal lançará, por meio do ILB, de pós-graduação *lato sensu* em Orçamento Público, será feito em parceria com outros órgãos públicos. José Dantas Filho complementou explicando como será operacionalizado o pagamento dos professores de cada órgão participante, a divisão de disciplinas, a seleção de professores, e a assinatura do termo de cooperação. Walesca Borges da Cunha e Cruz relatou problemas com a previsão de pagamento de orientação de TCC feita por professores externos ao Senado. Passando-se ao próximo tema, Telma América Venturelli se apresentou aos membros da CPA e explicou os trabalhos realizados em uma CPA, mostrando que o foco é a avaliação dos cursos com dados qualitativos e quantitativos, inclusive a operacionalização da coleta desses dados, que não se deve confundir com as atribuições do Conselho Superior. Telma América Venturelli afirmou que a CPA deve avaliar os cursos, os docentes, os discentes, os coordenadores, a estrutura e também é responsável pela criação dos instrumentos de avaliação e da apresentação de sugestões após as análises. Telma sugeriu que na próxima reunião da CPA sejam discutidos os instrumentos de avaliação. Luciana Villela de Andrade Mendes relatou que houve disciplinas que já terminaram e que será preciso avaliar as disciplinas que estão terminando por meio do modelo atual de avaliação, que é considerado desnecessariamente complicado e deve ser repensado. Telma América Venturelli apresentou o cronograma sugerido para as ações da CPA, mostrando os detalhes das atividades do cronograma, como a descrição do perfil dos alunos, professores, corpo administrativo e os processos avaliativos propriamente ditos. Ela sugeriu que para as próximas reuniões os perfis sejam trazidos e que se inicie uma discussão sobre os modelos de avaliação. Telma América Venturelli apresentou modelos de regulamentos do



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

funcionamento de uma CPA. Ela solicitou a permissão para elaboração de uma minuta, comprometendo-se a enviá-la aos membros da CPA. O grupo indagou a possibilidade de incluir Telma América Venturelli como membro da CPA, mas José Dantas Filho relatou a necessidade de equilíbrio na representação dentro da CPA, uma vez que a servidora também pertence à COESUP e que eventualmente pode haver o auxílio técnico necessário à CPA, de forma que não há a necessidade de alterar a composição da CPA. Passou-se à análise e à discussão do cronograma apresentado. Luciana Villela de Andrade Mendes recomendou que o cronograma da CPA incluísse a distribuição de responsabilidades de cada membro e que se fizesse um levantamento das avaliações já feitas junto aos coordenadores para elaborar o relatório da CPA. Walesca Borges da Cunha e Cruz informou que os alunos resistem a participar das avaliações sobre os cursos. Luciana Villela de Andrade Mendes relatou que o período em que o curso de Ciência Política ficou sem coordenador prejudicou o processo avaliativo. James R. Menezes de Carvalho reforçou a importância da sensibilização por parte dos coordenadores de curso perante os alunos para que se empenhem nos processos avaliativos. Telma América Venturelli sugeriu que as avaliações dos cursos atuais e as pendentes sejam feitas em novembro e que em dezembro sejam tabulados os dados. Walesca Borges da Cunha e Cruz sugeriu que o formulário de avaliação seja simplificado e reforçou a necessidade de se fazerem ações de sensibilização e da importância de os alunos participarem das avaliações. Telma América Venturelli apresentou uma sugestão das dimensões de avaliação dos coordenadores de curso e mostrou também a tabela usada pelo MEC para avaliar os coordenadores. Ela se prontificou a trazer uma minuta de instrumento de avaliação de coordenador. Walesca Borges da Cunha revelou a importância de se fazer uma sensibilização dos benefícios que os alunos estão recebendo do Senado pela oferta de cursos gratuitos de pós-graduação. José Dantas Filho sugeriu que Luciana Villela apresente uma crítica ao instrumento de avaliação de curso atual para a elaboração do novo instrumento e sugeriu que as avaliações passadas e não preenchidas sejam feitas neste ano pelo instrumento de grupo focal. José Dantas Filho afirmou que será publicada a portaria formalizando a CPA. Telma América Venturelli ficou de passar a limpo o cronograma discutido na reunião e repassar aos membros da CPA. Ana Lucia Geaquinto dos Santos solicitou que a próxima reunião seja dia 16/10/2015. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a presente, e, para constar, eu, Jorge Porcaro, que secretariei a reunião, lavro e assino esta Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos demais presentes.



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

Brasília, 2 de outubro de 2015.

Jorge Porcaro

Participantes:

Ana Lucia Geaquinto dos Santos

Cláudio Cunha de Oliveira

Luciana Villela de Andrade Mendes

Maria dos Remedios Santos Albuquerque

James R. Menezes de Carvalho

José Dantas Filho

Sílvia Castanheira Oddone

Walesca Borges da Cunha e Cruz